

**A IGNORÂNCIA SOBRE PORTUGAL REVELADA POR SELASSIE, CHEFE DA MISSÃO DO FMI NA “TROIKA”**

Procurando acalmar a reação geral provocada pelo disparate/falsidade que consta do Relatório do FMI, de que em *“Portugal as transferências sociais concedem maiores benefícios aos grupos com rendimentos mais elevados do que aos grupos com rendimentos mais baixos, agravando as desigualdades”*, portanto é *“um sistema de proteção social regressivo”* (pág. 14), a qual revela ou uma grande ignorância sobre o nosso país ou a intenção deliberada de manipulação da opinião pública, o sr. Abebe Selassie, em declarações agora divulgadas pelo Jornal de Negócios de 18.1.2013, vem dizer o seguinte: *“É muito importante separar os gastos com pensões de outros gastos sociais”; “três quartos de despesa social recai sobre pensões que são menos dirigidas em termos de redução de pobreza de idosos”*.

Com esta afirmação Selassie revela dois tipos de ignorância: (1) Que não conhece a importância do sistema de pensões na diminuição da pobreza em Portugal; (2) Que não sabe o que é um sistema de pensões que se baseia na lei que o Estado, se for pessoa de bem, deve respeitar, a qual estabelece que os pensionistas têm direito a uma pensão de acordo com as remunerações que descontaram e com o período de tempo que contribuíram. Em relação à 2ª questão não vamos perder tempo (aconselhamos o chefe do FMI a estudar as leis do sistema de segurança social), mas em relação à 1ª, em que Selassie mostra ignorância em relação à realidade, vamos analisar os efeitos das pensões na diminuição da pobreza em Portugal.

**CERCA DE 70% DA REDUÇÃO DA TAXA DE RISCO DE POBREZA EM PORTUGAL É DEVIDA ÀS PENSÕES, E APENAS 30% ÀS RESTANTES PRESTAÇÕES SOCIAIS**

Os dados oficiais do quadro 1, sobre a taxa de risco de pobreza em Portugal do INE, mostram os efeitos das diferentes prestações sociais na redução da pobreza no nosso país.

**Quadro 1- Redução da taxa de risco da pobreza em Portugal devido às transferências sociais (pensões e outras prestações sociais) – Dados do INE divulgados em 2012****Indicadores de pobreza e desigualdade económica, Portugal, EU-SILC 2008-2011**

ANO DE REFERÊNCIA DOS DADOS	un.	2007	2008	2009	2010 (Po)
<b>TAXA DE RISCO DE POBREZA (60% da mediana = 360€ 14 meses) - INE</b>					
Antes de qualquer transferência social	%	41,5	41,5	43,4	42,5
Após transferências relativas a pensões	%	24,9	24,3	26,4	25,4
Após transferências sociais (Todas)	%	18,5	17,9	17,9	18,0
<b>Redução total da taxa de risco da pobreza devido a todas as transferências sociais (em pontos percentuais)</b>	p.p.	-23,0	-23,6	-25,5	-24,5
<b>Redução total da taxa de risco da pobreza devido a todas as transferências sociais (em %)</b>	%	-55,4%	-56,9%	-58,8%	-57,6%
<b>Redução da taxa de risco da pobreza devido só às pensões (em pontos percentuais)</b>	p.p.	-16,6	-17,2	-17,0	-17,1
<b>% DA REDUÇÃO TOTAL DA TAXA DE RISCO DE POBREZA QUE É DEVIDA APENAS ÀS PENSÕES</b>	%	<b>72,2%</b>	<b>72,9%</b>	<b>66,7%</b>	<b>69,8%</b>
<b>EU-SILC</b>		<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (Po)</b>

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - INE - 2012

Segundo o INE, em 2011, 42,5%, ou seja, 4.488.926 portugueses estariam na situação de pobreza se não existissem transferências sociais, que incluem as pensões. Com as transferências sociais, aquela percentagem diminui para 18%, o que corresponde ainda a 1.901.192 de portugueses a viver com menos de 360€ por mês (14 meses). Portanto, as transferências fazem reduzir o número de portugueses a viver na pobreza em 2.587.734. Deste total, 69,8%, ou seja, 1.806.238 portugueses só não vivem em situação de pobreza devido a receberem pensões. Os portugueses que não estão na situação de pobreza devido às outras prestações sociais (não considerando as pensões), são 781.495. E interessa lembrar mais uma vez que o limiar da pobreza oficial é de cerca de 360€ (14 meses), e quem auferir mais do que este valor já não é considerado pelo governo como pobre.

Afirmar como fez Abebe Selassie, chefe da missão do FMI na “troika” que *“pensões que são menos dirigidas em termos de redução de pobreza de idosos”*. de que *“os outros gastos sociais”* é revelar uma grande ignorância sobre a realidade portuguesa ou mentir descaradamente. Dramaticamente o que tem acontecido em Portugal, contrariamente também ao que o Relatório do FMI afirma, é que a maioria das pensões mínimas quer da Segurança Social quer da CGA não têm sido atualizadas como revelamos no estudo que divulgamos em 4.1.2013 (Ver nosso estudo “GOVERNO MENTE QUANDO AFIRMA QUE TODAS AS PENSÕES MÍNIMAS FORAM ATUALIZADAS”)

**AS PENSÕES EM PORTUGAL SÃO MUITO BAIXAS, MAS MESMO ASSIM O FMI DEFENDE UMA REDUÇÃO BRUTAL ATRAVÉS DE VÁRIOS CORTES GERAIS EM TODAS AS PENSÕES**

O quadro 2, construído com dados divulgados pela Segurança Social e pela CGA, mostra os valores muito baixos que continuam a ter as pensões em Portugal.

**Quadro 2 – Número de pensionistas da Segurança Social e da CGA por escalões em 2011**

ESCALÕES	REPARTIÇÃO DOS PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL E DA CGA POR ESCALÕES				
	Segurança Social	CGA	TOTAL	Soma acumulada	Percentagem do Total (valores acumulados)
Até 106 €	32.298		32.298	32.298	<b>1,4%</b>
Até 230,23€		24.937	24.937	57.235	<b>2,5%</b>
De 230,24€ a 250e		32.080	32.080	89.315	<b>3,9%</b>
De 106€ até 254€	207.224		207.224	296.539	<b>12,8%</b>
De 254€ até 419€	1.170.132		1.170.132	1.466.671	<b>63,5%</b>
De 250€ a 500€		38.394	38.394	1.505.065	<b>65,2%</b>
De 419€ até 629€	194.361		194.361	1.699.426	<b>73,6%</b>
De 501€ a 750€		70.292	70.292	1.769.718	<b>76,6%</b>
De 750,01€ a 1000€		60.826	60.826	1.830.544	<b>79,3%</b>
De 629€ até 2.515€	240.328		240.328	2.070.872	<b>89,7%</b>
De 1000€ até 1500€		78.815	78.815	2.149.687	<b>93,1%</b>
De 1500€ até 2000€		43.697	43.697	2.193.384	<b>95,0%</b>
De 2000€ a 2500€		52.119	52.119	2.245.503	<b>97,2%</b>
De 2500€ a 3000€		36.562	36.562	2.282.065	<b>98,8%</b>
De 3000€ a 4000€		10.172	10.172	2.292.237	<b>99,2%</b>
Superior a 4000€		5.235	5.235	2.297.472	<b>99,5%</b>
De 2.515€ até 5.594€	11.754		11.754	2.309.226	<b>100,0%</b>
Superior a 5.594€	524		524	2.309.750	<b>100,0%</b>
<b>SOMA</b>	<b>1.856.621</b>	<b>453.129</b>	<b>2.309.750</b>		

FONTE: Conta da Segurança Social e da CGA - 2011

Em 2011, 64% dos pensionistas da Segurança Social e da CGA recebiam pensões inferiores a 419€/mês, e 77,3% pensões inferiores a 750€/mês. Apesar disto, o FMI defende no seu Relatório um corte geral em todas as pensões entre 10% e 20%, o que significaria um corte no rendimento dos pensionistas estimado, pelo próprio FMI, entre 2.250 milhões € e 4.500 milhões € por ano; a aplicação retroativa a todos os pensionistas do valor do fator de sustentabilidade de 2000-2007, o que significava mais um corte nos seus rendimentos entre 600 e 800 milhões €, etc., etc. E isto quando as despesas com a proteção social por habitante em Portugal são já muito inferiores à média dos países da União Europeia, como revelam os dados do Eurostat constantes do quadro 3

**Quadro 3- Despesa média por habitante com a protecção nos países da UE27 – Em euros**

PAÍSES	2007	2008	2009	2010	% que a despesa em Portugal representa da despesa de outros países
UE (27 países)	5.740 €	5.873 €	6.255 €	6.258 €	<b>56,2%</b>
Zona Euro (16 países)	6.413 €	6.524 €	6.944 €	6.991 €	<b>50,3%</b>
Bélgica	7.293 €	7.573 €	8.050 €	8.025 €	<b>43,8%</b>
Dinamarca	10.718 €	10.972 €	11.579 €	11.851 €	<b>29,7%</b>
Alemanha	7.447 €	7.536 €	8.137 €	8.178 €	<b>43,0%</b>
Irlanda	6.579 €	7.125 €	8.422 €	8.976 €	<b>39,2%</b>
Grécia	4.177 €	4.421 €	4.630 €	4.430 €	<b>79,4%</b>
Espanha	3.859 €	4.050 €	4.477 €	4.455 €	<b>78,9%</b>
França	8.037 €	8.050 €	8.450 €	8.576 €	<b>41,0%</b>
Itália	5.847 €	5.933 €	6.136 €	6.147 €	<b>57,2%</b>
Luxemburgo	13.057 €	13.673 €	14.394 €	14.624 €	<b>24,0%</b>
Holanda	8.365 €	8.630 €	9.214 €	9.442 €	<b>37,2%</b>
<b>Portugal</b>	<b>3.112 €</b>	<b>3.141 €</b>	<b>3.485 €</b>	<b>3.515 €</b>	
<b>% Portugal/UE27</b>	<b>54,2%</b>	<b>53,5%</b>	<b>55,7%</b>	<b>56,2%</b>	

FONTE: Eurostat

Já em 2010, a despesa com a proteção social por habitante em Portugal era apenas 56,2% da média da UE27; 29,7% da Dinamarca; 43% da Alemanha; 24% da do Luxemburgo, etc. E mesmo assim o FMI defende a sua redução. Eugénio Rosa – [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt), 20.1.2013<sup>a</sup>